



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0048/12, DE 06 DE JUNHO DE 2012.**

*Altera a Lei Municipal nº 3.107, de 11 de maio de 2006, que reestrutura o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores – FAPS, do município de Itaquí.*

Art. 1º Os incisos III e IV, do artigo 14 da Lei Municipal nº 3.107, de 11 de maio de 2006, que tratam dos recursos destinados ao FAPS, passam ter a seguinte redação:

*III - A contribuição previdenciária normal, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, para o custeio de servidores ingressos até setembro de 2005, é de 11,00% (onze por cento); e o custeio para servidores ingressos após setembro de 2005 é na razão de 17,39% (dezessete vírgula trinta e nove por cento), sendo que as contribuições serão calculadas sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas, conforme legislação federal.*

*IV – A contribuição suplementar, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, para o custeio de servidores ingressos até setembro de 2005, é de 11,00% (onze por cento) para amortização da dívida existente com o Regime Próprio, enquanto que o custeio suplementar para servidores ingressos após setembro de 2005 é de 4,61% (quatro vírgula sessenta e um por cento), que será aplicada nos próximos 29 anos, durante o período de 2012 a 2040, a qual irá amortizar o déficit atuarial, conforme consta na Avaliação Atuarial elaborada no ano de 2012, referente ao exercício findo em dezembro de 2011, sendo que as contribuições serão calculadas sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos da legislação federal.*

Art. 2º O artigo 66 da Lei Municipal nº 3.107, de 11 de maio de 2006, passa ter a seguinte redação:

*Art. 66 Integra a presente Lei o cálculo atuarial realizado pela Empresa Fardin Assessoria Atuarial Ltda, realizado em 2012.*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 06 DE JUNHO DE 2012.**

**Gil Marques Filho**  
Prefeito



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0048/12, DE 06 DE JUNHO DE 2012.**

**JUSTIFICATIVA**

A aprovação do presente Projeto de Lei se faz necessário para atender as exigências constantes na Portaria MPS 403/2008, e cumprindo o que determina a Notificação Atuarial do Ministério da Previdência Social nº 0069/2012. As alterações propostas estão de acordo com o cálculo atuarial, que fixa as alíquotas de contribuição previdenciária para o Ente Patronal.

O município já vem contribuindo para o Regime Próprio com 22,00% sobre a folha salarial que representa o dobro da contribuição do servidor que recolhe 11,00 % sobre sua folha, portanto não há um aumento de contribuição previdenciária do Município e nem do servidor.

A alteração na Lei do FAPS, atende a fiscalização previdenciária no sentido de definir quais os percentuais de contribuições normais do Ente Patronal que são destinadas ao custeio de servidores ingressos até setembro de 2005, e quais os percentuais destinados ao custeio de servidores ingressos após setembro de 2005, definindo também os percentuais das contribuições suplementares, dizendo quanto se destina a amortização da dívida do Município com o FAPS, conforme Termo de Compromisso e Parcelamento de dívida que está em vigor, ficando especificado que percentual de contribuição suplementar se destina a amortizar o déficit atuarial, conforme consta na Avaliação Atuarial elaborada neste ano de 2012, referente ao exercício findo em dezembro de 2011.

São estas as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 06 DE JUNHO DE 2012.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito